

Dia Internacional das Mulheres:

pelos direitos das mulheres e contra a discriminação!

2

Troca automática de informações para fins fiscais:

algumas respostas

3

Regularização de sans-papiers em Genebra:

medidas contra a exploração laboral

4

Nr. 2 | Março 2017 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Plano de Pensões 2020

Melhores pensões da AHV-AVS



O Plano de Pensões 2020 reforça a AHV-AVS. Infelizmente, em parte à custa das mulheres!

O Plano de Pensões 2020 é uma reforma do sistema suíço de pensões do 1.º e 2.º pilares, quer dizer da AHV-AVS e da previdência profissional. Esta reforma é uma oportunidade de resolver alguns problemas estruturais do sistema de aposentações.

Garantir financiamento futuro

As pessoas vivem até mais tarde e podem usufruir da sua aposentação durante mais tempo. Isto coloca problemas aos regimes de pensões. O seu financiamento tem de ser garantido a longo prazo e é necessário conceber novos modelos para que futuramente as despesas e as receitas se mantenham equilibradas. Isto de forma a que também gerações futuras possam usufruir da previdência social.

Proposta de compromisso

O Parlamento suíço debateu profundamente, na sessão de Março, possíveis repostas a esta questão e aprovou uma proposta de compromisso. A União de Sindicatos Suíços (USS) tinha reivindicado aumentos de CHF 100. – nas reformas. Mas os políticos de direita queriam enfraquecer a AHV-AVS, insuflar o segundo pilar, aumentar a idade de aposentação e passar todos os

custos para os segurados. Os mais prejudicados seriam os trabalhadores com salários mais baixos.

Reforço da AHV-AVS e melhorias no 2.º pilar

Um reforço de AHV-AVS é a melhor forma de garantir um bom sistema de aposentações. A AHV-AVS é o pilar mais económico, justo e estável. Porque as contribuições da população activa financiam as pensões actuais, a AHV-AVS não está, ao contrário das caixas de pensões, dependente de oscilação dos juros nem de especulações na bolsa. O plano de pensões agora aprovado pelo Parlamento reforça a AHV-AVS, mas também introduz melhorias na previdência profissional. Alguns pontos do plano aprovado pelo Parlamento:

- Aumento das reformas em até CHF 840.– ao ano para pessoas vivendo sós e em até CHF 2712 para casais. Isto é sobretudo favorável a pessoas com salários

baixos e médios. E compensará as perdas no 2.º pilar, cujas reformas baixarão porque a taxa de reconversão desce para 6%.

- A idade da reforma das mulheres passa de 64 para 65 anos.
- O financiamento da AHV-AVS até 2030 é garantido pelo aumento do IVA em 0,6%. 0,3% já são cobrados. Os encargos adicionais amontarão a 0,3%.
- Os descontos salariais sobem 0,3%, metade por conta dos empregadores e metade por conta dos empregados.
- Melhor cobertura, na previdência profissional, de empregos a tempo parcial. Isto reduz o tratamento desigual das mulheres no 2.º pilar.
- Quem tiver 58 anos ou mais e ficar desempregado mantém-se ligado à caixa de pensões. Isto é importante, porque a perda deste direito de ficar na caixa de pensões implica depois pensões mais baixas. Para os trabalhadores da construção, esta é uma

boa notícia, porque não perdem, em caso de desemprego com 58 anos ou mais, direito ao FAR!

Referendo obrigatório

No dia 18 de Março, a Assembleia de Delegados do Unia votou, com 55 votos a favor e 47 contra, a favor da reforma do sistema de aposentações. No dia 24 de Setembro de 2017, os eleitores suíços terão a última palavra a dizer sobre o Plano de Pensões 2020.

Igualdade salarial já!: resolução para uma iniciativa

O grande problema deste plano de pensões é que uma parte do financiamento vai ser feito à custa do trabalho das mulheres, que terão de trabalhar mais um ano, assim poupando milhares de francos ao sistema de aposentações. Por isso, o Unia continuará lutando para melhorar a situação das mulheres. A Assembleia de Delegados encarregou a USS de examinar o lançamento de uma iniciativa popular para a introdução de instrumentos eficazes que garantam a igualdade salarial.

Osman Osmani, Montaña Martín

Editorial



Uma preocupação agita os estrangeiros na Suíça. A sua causa é a «troca automática de informações». Este acordo, assinado por 51 países no âmbito da OCDE, garante que os estados assinantes trocarão entre si, automaticamente, informações relevantes para fins fiscais. Até agora era bastante fácil fazer evasão fiscal: uma conta no Luxemburgo ou na Suíça garantiam discrição e anonimato. E isso permitia aos seus donos «esconder» dinheiro das autoridades fiscais. Com a troca automática de informações, estes truques já não funcionam.

Mas porque é que os migrantes estão preocupados? O que muitos não sabiam até agora: a lei fiscal suíça obriga os contribuintes suíços (ou seja, todas as pessoas que têm residência na Suíça) a declarar para fins de impostos todos os rendimentos e bens que têm em qualquer parte do mundo. Assim, os contribuintes, qualquer que seja a sua nacionalidade, que não declararam tudo o que têm, violaram a lei e fugiram ao fisco. Com a troca automática de informações, tudo isso se vai tornar visível. As preocupações dos migrantes tem sobretudo a ver com o facto de não estarem devidamente informados sobre o que têm de declarar e quais serão as consequências. E é compreensível: é difícil obter tais informações. A troca automática de informações é nova e ainda não é claro como será aplicada. Além do mais, o direito e a prática fiscais são cantonais. Isso torna tudo mais difícil. Unia e o Horizonte fazem o possível para fechar esta brecha. E pensamos que na maioria dos casos não há motivos para preocupações. Muitos rendimentos e bens estrangeiros só contarão para o cálculo da taxa fiscal e só farão uma pequena diferença nos impostos a pagar. A não ser que se tenha muito dinheiro...

Marília Mendes
Secretária pela migração

Notícias breves

Viagem de descoberta a lugares de participação

O cfd (Organização feminista para a paz) lançou um novo projecto no domínio da participação política. A «Viagem de descoberta a lugares de participação» pretende fomentar a participação de mulheres imigrantes no processo de tomada de decisões sócio-políticas. O projecto terá início a 29 de Abril de 2017 e tem como ideal uma sociedade integradora, na qual todos os cidadãos podem participar e realizar-se. Destina-se a mulheres imigrantes interessadas na vida política, que querem aprofundar os seus conhecimentos e que desejam elaborar, em equipa, um percurso pela cidade aos lugares de participação política.

Aglia Wespe, gestora do projecto, está à disposição para informações e inscrições. Contacto: aglaia.wespe@cfp-d.ch.org / Tel. 031 300 50 71. Mais informações em: <http://www.cfd-ch.org/de/projekte/projekte-inland/migrationsarbeit/entdeckungsreise-184.html>.

Ramo da carpintaria: aumento salarial de 20 francos

Os parceiros sociais do ramo de carpintaria acordaram um aumento salarial mensal de 20 francos a partir de 1 de Abril de 2017. Este aumento foi negociado pelo Unia, em conjunto com o sindicato Syna e a Associação de Carpinteiros (VSSM). O Conselho Federal declarou agora a obrigatoriedade geral da aplicação do anexo ao contrato colectivo de trabalho. Isto significa que todos os carpinteiros vão beneficiar de melhores salários. Também houve uma melhoria dos salários do pessoal não qualificado. A partir dos 24 anos de idade, estes passam a receber um salário mínimo de 4000 francos.

Vendas a retalho e indústria no cantão de Zurique sem salários mínimos

A comissão tripartida do cantão de Zurique recusou, apesar dos muitos casos de dumping salarial, fixar um salário mínimo obrigatório para os ramos das vendas a retalho e da indústria. Por isso, o Unia exige do governo cantonal medidas eficazes que protejam os trabalhadores de abusos. Em mais do que uma em cada cinco inspecções feitas no cantão de Zurique, verificou-se o não pagamento dos salários habituais para o ramo e a localidade.

8 de Março: Dia Internacional da Mulher

Protestos em todo o mundo pelos direitos das mulheres



Acção na Praça Federal em Berna por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

No Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, milhares de mulheres protestaram em todo o mundo pelos seus direitos e contra todas as formas de discriminação. As activistas do Unia solidarizaram-se com o movimento feminista global e realizaram inúmeras acções em todo o país. Além disso, formularam reivindicações concretas pelos direitos das mulheres.

Na Suíça, as mulheres aliaram-se à onda de solidariedade mundial. Depois da enorme participação nos protestos contra Trump, nos EUA e em muitos países do mundo, realizaram-se numerosas concentrações

para fazer do dia 8 de Março um grande dia de protesto.

Pelos direitos das mulheres e contra a discriminação – na Suíça e a nível mundial!

Também na Suíça algo se move. Sob o mote «We can't keep quiet / Não nos podemos calar!», uma vasta aliança de organizações de mulheres e sindicatos apelou à solidariedade internacional e à realização de acções. O Unia também esteve presente com um vasto leque de acções e reuniões das activistas do Unia. Além disso, mobilizámo-nos para a Marcha das Mulheres do dia 18 de Março.

Osman Osmani

As reivindicações por ocasião do Dia Internacional da Mulher de 2017, na Suíça:

■ Fim ao sexismo e à violência contra as mulheres

Há que eliminar o sexismo e a violência contra as mulheres no local de trabalho, em privado e na sociedade – aqui e em todo o mundo

■ Segurança social e económica para todas as mulheres

A mulheres necessitam de pensões de reforma dignas e seguras, bem como o reconhecimento, nos seguros sociais, do trabalho não remunerado.

■ Salários decentes e justos

Salário mínimo de 4000 francos em todas as profissões. A discriminação salarial tem de ser erradicada com meios eficazes e as profissões femininas têm de ser valorizadas. Igualdade salarial, já!

■ Conciliação da vida familiar e profissional

Estruturas gratuitas de acolhimento de crianças para todos e alargamento da licença de parentalidade remunerada, horários de trabalho passíveis de planeamento e substancialmente mais curtos.

■ Direito à autodeterminação reprodutiva da mulher

Ninguém tem o direito de decidir sobre o corpo de uma mulher. Todas as mulheres têm o direito ao aborto legal e seguro, em todo o mundo.

■ Prestação de cuidados tem de estar no centro do debate

Mais de 60% de todo o trabalho é dedicado à prestação de cuidados (trabalho não remunerado e remunerado em casa, na família, em cuidados e assistência). A maior parte é, de longe, prestado por mulheres. A prestação de cuidados tem de ser condignamente remunerada e estar aberta a todos.

«As coisas não podem continuar assim!»

As reivindicações são de grande actualidade. O espontâneo movimento feminista tem uma grande ressonância mediática.

«As mulheres são mal pagas ao longo da vida, assumem a prestação de cuidados e, no final, nem sequer recebem uma pensão de velhice que assegure a sua subsistência. Além disso, o sexismo tornou-se socialmente aceitável. Apalpar, insultar, tudo parece voltar a ser permitido. As coisas não podem continuar assim!» Assim resume Corinne Schärer, membro do Comité Director do Unia, a situação das mulheres.

Conferência da construção civil aceita resultado das negociações

Lançamento de campanha salarial de 2017



Conferência profissional da construção: os trabalhadores da construção merecem melhores salários!

A 4 de Março de 2017, a Conferência profissional da construção, realizada em Berna e contando com numerosos delegados, tomou duas importantes decisões. Aceitou o resultado das negociações do CNT: a repartição dos prémios do subsídio diário por doença entre empregador e trabalhador, o direito de mudar para a categoria B após três anos na construção, bem como a garantia dos fundos paritários foram bem acolhidos. Por outro lado, a reiterada recusa dos construtores em conceder um aumento salarial deu azo a muita discussão e indignação.

A indignação dos trabalhadores da construção civil fez-se sentir no segundo debate: os delegados decidiram levar a cabo, em 2017, uma ampla e activa campanha salarial. Na planificação da campanha estão

previstas uma Landsgemeinde a 17 de Junho, assembleias regionais em Setembro, bem como manifestações e acções em Outubro. A planificação foi discutida pelos delegados e, em seguida, aprovada por unanimidade.

Alcançadas melhorias importantes

Também a assembleia de delegados da Sociedade Suíça de Empresários da Construção aceitou, a 10 de Março de 2017, o resultado das negociações sobre o CNT e o Parifonds. Por conseguinte, o pacote de negociações passou a ser realidade: há uma melhoria significativa do subsídio diário por doença, bem como o direito à passagem para a categoria salarial B depois de três anos. E o Parifonds também está assegurado. O sindicato Unia continuará a lutar. Juntamente com os trabalhadores da construção civil, vai accionar

uma ampla campanha salarial. Unidos somos mais fortes!

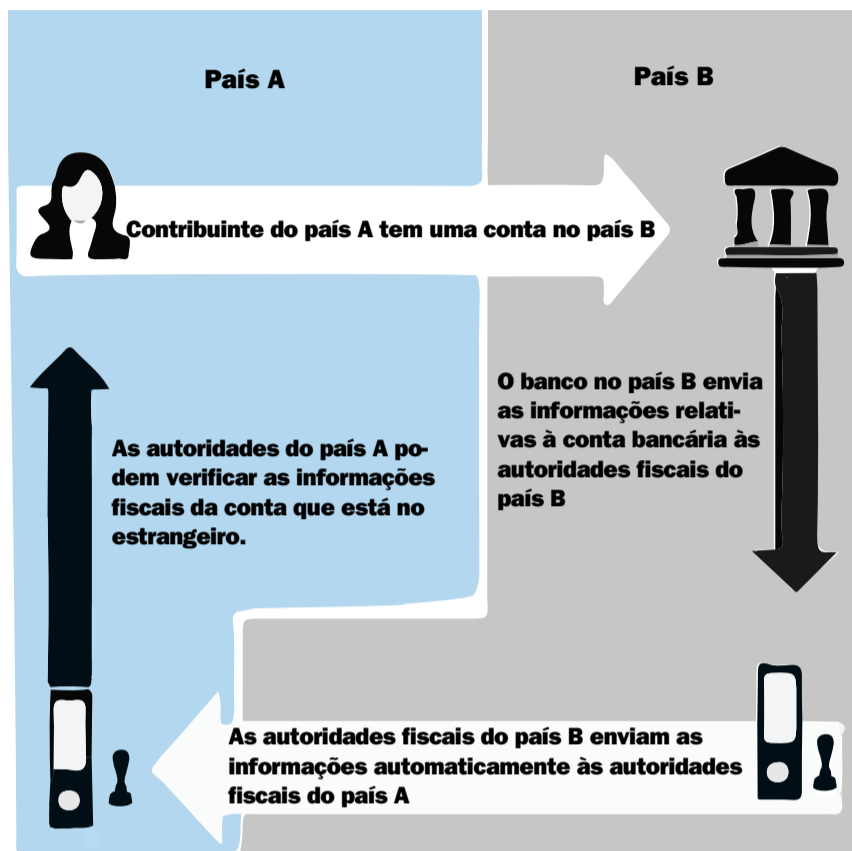
Landsgemeinde a 17 de Junho de 2017

A Landsgemeinde, a realizar no sábado, dia 17 de Junho, será um ponto alto na primeira metade do ano. Aí, os trabalhadores da construção querem decidir, em conjunto com o seu sindicato Unia, sobre as reivindicações salariais, bem como lançar a campanha salarial com uma simbólica acção com tijolos assinados.

Osman Osmani

Troca automática de informações com os países da UE

Impostos: O que tenho de declarar?



Como funciona a troca automática de informações?

O esquema (retirado da informação acessível em goo.gl/Bqxsx7) mostra como é que os países que assinaram o acordo (lista: goo.gl/ZN6KPF) trocam entre si as informações.

Que dados são trocados entre os países?

Número de conta, titular(es), data de nascimento, número de identificação fiscal (na Suíça: n.º AHV-AVS), juros, dividendos, rendimentos de determinados contratos de seguros, saldo da conta no fim do ano, lucros da venda de activos financeiros.

Mas para que precisam as autoridades fiscais desses dados?

Na Suíça, os contribuintes são obrigados a declarar, na declaração de impostos, os rendimentos, os bens e as dívidas que têm em qualquer parte do mundo. Com os países da UE existem acordos para evitar a dupla tributação. Isto significa que os rendimentos, os bens imóveis e as dívidas só são tidos em conta para o cálculo da taxa de impostos na Suíça: não é pago um imposto sobre estes valores, mas os rendimentos e os bens na Suíça são sujeitos a uma taxa que foi calculada com os valores do estrangeiro. A lista dos acordos para evitar a dupla tributação encontra-se aqui: goo.gl/AXSfV9.

O que acontece a quem não declarou nada antes?

Se as autoridades fiscais o descobrirem, o contribuinte tem de pagar os impostos em falta relativamente aos últimos 10 anos (3 em caso de herança), juros moratórios, bem como uma multa. Esta pode corresponder a um valor entre 1/3 e três vezes o valor dos impostos em falta, conforme a gravidade do caso.

O que posso então fazer?

Existe, desde 2010, a possibilidade de os contribuintes informarem as autoridades voluntariamente sobre

a existência de bens ou rendimentos existentes de rendimentos e bens não declarados. Neste caso, paga-se retroactivamente o valor em falta relativo aos últimos 10 anos e os juros de mora. Mas não se paga multa nem se fica sujeito a processo penal. As condições para esta declaração espontânea sem penalização são:

- Só é possível UMA (!) vez na vida;
- As autoridades fiscais não podem ainda ter conhecimento da existência de valores não declarados;
- Tudo tem de ser declarado;
- Todas as pessoas envolvidas (agregado familiar) têm de a fazer ao mesmo tempo;
- Os contribuintes comprometem-se a colaborar com as autoridades fiscais.

No caso de bens e rendimentos na UE, a declaração espontânea deixará de ser possível quando as autoridades tiverem os dados. Quem quiser fazer a declaração espontânea, deve apressar-se a fazê-la.

Como faço a declaração espontânea?

Em quase todos os cantões basta uma declaração por escrito ou até oral. Em Genebra há um impresso a preencher. Recomenda-se, para efeitos de prova, que a declaração seja feita por escrito. Esta deve ser acompanhada de uma lista dos bens ou rendimentos não declarados antes e documentos comprovativos. Atenção: A simples indicação na declaração de impostos de rendimentos ou bens não declarados até ao momento não é considerada uma declaração espontânea.

E se já entreguei a declaração de impostos?

Então, se quiser fazer a declaração espontânea, deve escrever às autoridades imediatamente, indicando a sua vontade de fazer a declaração espontânea.

Que documentos devo entregar?

Informe-se no seu cantão. Exemplo de alguns documentos exigidos no cantão de Berna:

- Contas bancárias: saldo no final do ano indicando o capital e os juros brutos...
- Seguros de vida: declaração sobre o valor tributável
- Bens imóveis no estrangeiro: cópia do contrato de venda, declaração do valor tributável, estado alugados: valor do aluguer...

Onde obtenho essas informações?

Os dados bancários e de seguros devem ser obtidos juntos destes. Relativamente a bens imobiliários, os portugueses podem obter a Caderneta Predial no «Portal das Finanças»: goo.gl/j4PzC.

Eu e dois irmãos herdámos uma casa. Pagamos os impostos lá. Tenho de declarar algo?

Sim, segundo a lei suíça tem de declarar, neste caso, um terço do valor da casa. O cálculo do valor tributável de imóveis depende do cantão. No caso de um imóvel no estrangeiro, declare o valor registado no país em causa. As autoridades poderão depois exigir mais documentos, como o valor venal do imóvel. Na Suíça não paga impostos sobre imóveis no estrangeiro, mas estes contam para o cálculo da taxa de impostos.

E se tenho bens num país com o qual não há troca de informações?

A lei e a obrigação de declaração é igual para todos. E pode acontecer que no futuro também passe a haver troca de informações com esse país. Muitos países estão claramente interessados em alargar a troca automática de informações.

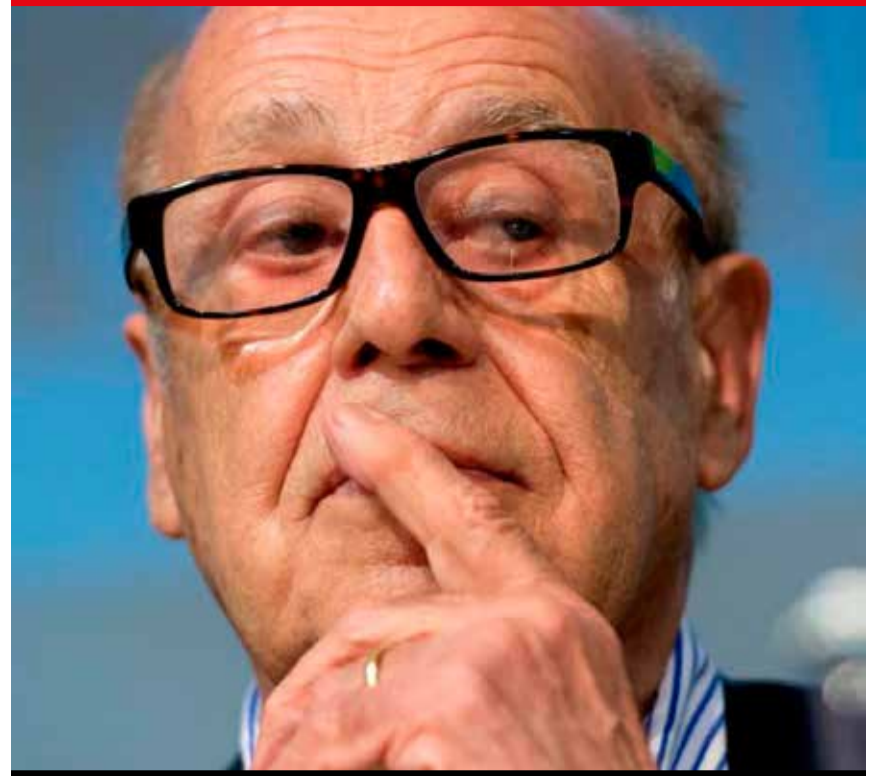
E o que acontece a quem recebe ajuda social ou prestações complementares?

Quem recebe ajuda social, prestações complementares ou subvenções, por exemplo para o seguro de saúde, e não declarar bens ou rendimentos do estrangeiro, comete, desde a entrada em vigor da Lei de expulsão de estrangeiros, um delito penal (o denominado abuso da segurança social).

- Em casos graves, este delito é passível de pena de prisão
- Para pessoas de nacionalidade estrangeira, este delito é punível, além disso, com expulsão do país

É de notar que ter bens não significa automaticamente não ter direito a prestações complementares ou a subvenções. Há um valor mínimo de bens a que se tem direito. É conveniente que as pessoas nesta situação se informem bem junto de quem possa analisar devidamente a sua situação pessoal.

Entrevista



Jean Ziegler

Multinacionais perante o tribunal

Amr Ramadan é largo como um roupeiro, esperto e ágil como uma raposa do deserto. Como embaixador do Egipto na ONU e porta-voz de 107 nações não alinhadas, ele é uma pessoa de enorme influência no Palácio das Nações em Genebra.

No dia de abertura da 34.ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a 1 de Março de 2017, o seu discurso, proferido num elegante árabe, ressoou na sala da «Aliança das Civilizações»: «Terminou o momento do «soft power», isto é, da auto-regulamentação voluntária das empresas multinacionais. Aquilo de que necessitamos agora é uma convenção internacional, uma norma do direito internacional, que tenha por consequência sanções em caso de incumprimento. Esta norma deve finalmente obrigar as construções todo-poderosas que são as multinacionais a respeitarem os direitos humanos. Sobretudo nos países mais pobres.»

Indescritível Conselho Federal

No jornal work de 3 de Março, Andreas Rieger, ex-co-presidente do Unia, escrevia: «Poderíamos pensar que um tal dever de diligência (o dever de garantir a aplicação dos direitos humanos) das multinacionais fosse algo natural. Mas esse não é o caso.» Isto é especialmente verdade no caso do governo suíço.

Este acaba de recusar, sem contraproposta, a Iniciativa de responsabilidade das multinacionais, que foi entregue por uma aliança de organizações helvéticas para o desenvolvimento. O indescritível conselheiro federal Schneider-Amman acha uma tal iniciativa desnecessária, para ele a referida auto-regulamentação das multinacionais suíças é mais do que suficiente.

Igualmente absurda é a postura da Suíça no Conselho dos Direitos Humanos: ela luta veementemente contra a convenção de direito internacional exigida por Ramadan e pela grande maioria dos países do terceiro mundo. O ponto central de discussão: o foro legal competente. O projecto da convenção prevê que os trabalhadores prejudicados pela acção de uma multinacional possam apresentar queixa num tribunal e requerer uma indemnização no país de origem dessa mesma multinacional.

Morrer por Glencore

Um exemplo: A empresa de comércio de matérias-primas Glencore é proprietária de uma das maiores minas de carvão do mundo, em Cerrejón, nas terras altas colombianas. De acordo com um relatório da ONU, nos últimos oito anos, mais de 5000 crianças indígenas das aldeias circundantes da mina morreram devido à contaminação das águas e ao pó de carvão. Se a convenção entrasse em vigor, os pais sobreviventes poderiam pedir indemnização em Zug, na Suíça.

Outro exemplo: Em várias fábricas peruanas da multinacional de produtos alimentares Nestlé, os trabalhadores fizeram recentemente greve por causa de condições de trabalho insuportáveis e salários miseráveis. A direcção local da Nestlé mandou espancá-los pela polícia. De acordo com a convenção proposta por Ramadan, os sindicalistas, a quem foi proibido o acesso à fábrica, poderiam apresentar queixa num tribunal em Vevey, no cantão de Vaud.

Voltando à posição da Suíça no Conselho de Direitos Humanos: o que fazem os nossos representantes sindicais no parlamento suíço? Eles teriam a possibilidade e a obrigação de influenciar, directa ou indirectamente, as directrizes sobre o sentido do voto que Berna impõe aos diplomatas que a representam nos órgãos da ONU em Genebra. Os conselheiros socialistas não o fazem. Isto tem de mudar. O mais depressa possível.

Jean Ziegler é sociólogo, vice-presidente da comissão consultiva do Conselho de Direitos Humanos da ONU e autor de vários livros.

Jean Ziegler, work, 16.03.2017

Trabalhadores da construção despedidos com quase 60 anos

Exigem readmissão por causa de FAR

Implenia comunicou, satisfeita, no início do ano sobre os lucros obtidos em 2016. Ao mesmo tempo despediu trabalhadores da construção que estavam a pouco tempo da reforma. O sindicato Unia e três trabalhadores protestaram em frente das instalações da empresa em Genebra e exigiram uma solução para a situação.

No ano passado, Livio*, que tinha sido despedido 14 meses antes de se reformar, foi readmitido por Implenia após uma acção mediática do sindicato Unia. A maior empresa da construção da Suíça desculpou-se pela forma como lidou com o assunto e prometeu agir de maneira diferente no futuro. O Unia aproveitou a oportunidade para confrontar Implenia com casos idênticos de trabalhadores mais idosos que foram despedidos a poucos meses da reforma e reivindicar a sua readmissão. «Implenia prometeu falar com o Unia em Janeiro sobre estes casos», informou Yves Mugny, responsável pelo sector da construção. «Mas nós não ouvimos nada deles.» Em Janeiro, o sindicato tentou marcar um encontro com Implenia. Em vão. Por isso, a 23 de Fevereiro, os três trabalhadores e o Unia iniciaram o seu protesto em frente das instalações da empresa em Genebra.

Lucros enormes

Por coincidência, no mesmo dia Implenia comunicava publicamente os resultados financeiros de 2016: um lucro de 46 milhões de francos,



Protesto dos trabalhadores despedidos e do Unia frente à Implenia, em Genebra.

José*, 58 anos

José trabalhou durante 15 anos para Implenia e foi despedido em 2015 por causa de «pouco trabalho». Ele perde o direito ao subsídio de desemprego em Março e, em consequência, perde o direito ao FAR. A sua readmissão é, por isso, urgente.

Mário*, 59,5 anos

Depois de dois anos de invalidez por causa de uma doença grave, Mário foi despedido seis meses antes da reforma. O seu médico informou que ele poderia fazer outro trabalho, mas Implenia recusou. Mário não perderá o direito

ao FAR, mas vai receber uma pensão de reforma mais baixa.

Joaquim*, 59 anos

Depois de 14 anos a trabalhar bem e com toda a lealdade, Joaquim foi despedido «de um dia para o outro», por motivos económicos, disse a empresa. No seu certificado de trabalho, Implenia escreveu que a sua «consciência profissional era apreciada tanto por colegas como por superiores».

Testemunhos registados por Manon Todesco

* Nomes fictícios

ou seja, mais 23,9% do que no ano anterior. «Porque os resultados foram tão bons, decidimos requerer à direcção um encontro para discutirmos a questão dos trabalhadores mais idosos e do trabalho temporário. O nosso objectivo era encontrarmos soluções de forma amigável», afirma o sindicalista. A direcção não queria falar. Então, os trabalhadores e o Unia perma-

neceram três dias em frente das instalações de Implenia. A 27 de Fevereiro, a direcção deu um passo e propôs um encontro a 2 de Março. «O encontro realizou-se, mas até agora não houve resultados», relata Yves Mugny. O próximo encontro foi marcado para o dia 16 de Março.

Manon Todesco, Evénement syndical, N.º 10, 9.3.2017

Imigrantes ilegais

Genebra traça novos caminhos

O cantão de Genebra lançou um projecto que permite a regularização de milhares de imigrantes que não têm autorização de estadia na Suíça. Simultaneamente, quer proteger melhor os imigrantes clandestinos da exploração e do dumping salarial. O Unia vai apoiá-los activamente na sua regularização.

O projecto «Papyrus» foi elaborado pela Secretaria de Estado para a Imigração em colaboração com o Comité de Apoio aos Imigrantes Ilegais, de Genebra. Numa fase-piloto, foi concedida a autorização de estadia B a 590 imigrantes ilegais, incluindo 147 famílias. Em análise estão outros 297 pedidos.

Controlos mais rigorosos contra exploração

O projecto assenta em três eixos. O primeiro diz respeito à regularização de imigrantes ilegais que preenchem determinados critérios



Manifestação pela regularização dos sans-papiers e contra a exploração laboral

(tempo de estadia, competências linguísticas, independência financeira). Ao mesmo tempo, deverá haver uma maior fiscalização nos sectores de trabalho onde se verifica, com maior frequência, uma tendência para empregar imigrantes clandestinos e onde o dumping salarial e o trabalho ilegal são comuns (em casas particulares, mas também na construção civil e na hotelaria/restauração).

Unia apoia regularização de imigrantes

Este bom exemplo de Genebra é o resultado de muitos anos de trabalho. O Comité de Apoio aos Imigrantes Ilegais, no qual o Unia participa activamente, também esteve envolvido neste processo. O Unia de Genebra vai apoiar os imigrantes que desejam legalizar a sua situação.

Osman Osmani



Trabalho temporário: Deduções para a caixa de pensões?

Trabalho há vários anos com contratos temporários. Surpreende-me ver que em determinados empregos me sejam feitos descontos para a caixa de pensões e em outros não. Contudo, desde que sou pai foram-me sempre feitos os descontos. Quando, exactamente, há descontos e quando não?

David Aeby: Regra geral, no caso de trabalho temporário, só são feitos descontos para a caixa de pensões em empregos com duração superior a três meses. Os descontos devem ser efectuados a partir do momento em que se sabe que o emprego irá ter uma duração superior a esse período de tempo. Se assinar, de antemão, um contrato com uma duração de quatro meses, os descontos são feitos a partir do primeiro mês. Se celebrar um contrato por três meses e dois meses depois decidir prolongá-lo, os descontos serão feitos a partir desse momento (isto é, após dois meses). Se prestar vários trabalhos de curta duração para a mesma empresa, é o tempo total que é contabilizado. Importante é que os três meses sejam alcançados dentro do prazo de doze meses. Caso contrário, não há descontos a fazer. Do mesmo modo, não há descontos se os trabalhos de curta duração forem prestados em várias empresas. Aos trabalhadores com filhos aplica-se um regime especial geral. Neste caso, o desconto deve ser sempre feito a partir do primeiro dia de trabalho, mesmo se a prestação de trabalho tiver uma duração inferior a três meses.

work, 1.12.2016

Acidente: A partir de quando é que o seguro é válido?

O ano de 2017 começou mal para mim. Em final de Setembro de 2016 demiti-me do meu antigo emprego e, em seguida, viajei durante dois meses pelo Sudeste Asiático. Antes da partida, assinei um contrato de trabalho para um novo emprego, com validade a partir de 1 de Janeiro de 2017. Como primeiro dia de trabalho estava previsto o dia 3 de Janeiro de 2017. Mas dei uma queda no dia 2 de Janeiro, a esquiar, e tive de ser hospitalizado por causa de uma grave lesão no pé. O seguro contra acidentes do meu novo empregador recusa-se, agora, a cobrir os custos. Na sua carta comunicam-me que o acidente teve lugar antes de eu começar a trabalhar para a nova empresa. Por essa razão eles não cobram custos nenhuns. Será que a seguradora tem razão?

Peter Schmid: Não. Parece que o funcionário do seguro contra acidentes ainda não percebeu que a lei relativa ao seguro contra acidentes foi alterada, precisamente neste ponto, a favor do segurado. A alteração à lei entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2017. A partir de agora não é importante qual é o primeiro dia de trabalho. O seguro está em vigor agora a partir do início da relação de trabalho. Esta começou no dia 1 de Janeiro de 2017, assim consta do seu contrato. O facto de só ter começado a trabalhar no dia 3 de Janeiro, por causa dos feriados, é irrelevante. Neste caso, o seguro contra acidentes tem de cobrir os custos que a lei prevê. Atenção: Tem de apresentar recurso na seguradora contra acidentes no prazo de trinta dias a contar da data de recepção da carta. Nessa carta registada a enviar à seguradora, tem de exigir a cobertura dos custos do acidente. Junte uma fotocópia do seu contrato de trabalho e sublinhe que o acidente teve lugar durante a relação de trabalho.

work, 2.02.2017

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | Herausgeber work, Gewerkschaft Unia, Chefredaktion: Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne, Chefredaktion: Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano, Chefredaktion: Claudio Carrer | Redaktionskommission A. García, A. Rogalewski, D. Filipovic, E. Sarlasian, M. Martin, M. Mendes, O. Osmani | Sprachverantwortlich Marília Mendes | Layout I.Schmieder, Unia | Druck Tagblatt Print, Im Feld 6, 9015 St. Gallen | Adresse Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, marilia.mendes@unia.ch



Die Gewerkschaft. Le Syndicat. Il Sindacato.

www.unia.ch